

HISTÓRIA ORAL COMO MEIO DE ESCUTA CONVERSACIONAL E SENSÍVEL COM ADOLESCENTES VENDEDORES AMBULANTES DE BOLINHOS: O CASO DA AUTARQUIA DE QUELIMANE, PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

ORAL HISTORY AS A MEANS OF CONVERSATIONAL AND SENSITIVE LISTENING WITH ADOLESCENT STREET VENDORS OF CAKE: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF QUELIMANE, ZAMBÉZIA PROVINCE

 <https://doi.org/10.63330/armv2n9-014>

Submetido em: 22/07/2026 e Publicado em: 05/10/2026

ARM: e262377

João Baptista Francisco

Docente Universitário na Universidade Licungo – Moçambique
Mestrando em História Regional e Local na UNEB Campus V
Editor Associado na Revista História nas Margens – Brasil

José Gopa Agostinho Muchacuar

Doutorando em História de África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique
Docente Universitário na Universidade Licungo – Moçambique

Bruno Domingos Mendiante

Doutorando em História de África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique
Docente na Universidade Licungo – Moçambique

Lourindo Verde

Doutorando em História de África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique
Pesquisador

Resumo

O artigo analisa a história oral como escuta sensível junto a adolescentes vendedores de bolinhos em Quelimane, destacando a persistência do trabalho infantil apesar das leis que preveem sua erradicação; justifica-se pela escassez de estudos que utilizem essa metodologia e pela ausência de políticas públicas efetivas; busca compreender experiências e subjetividades, identificar condições de vida e trabalho, analisar sonhos e perspectivas e revelar dimensões ocultas da realidade social; adota entrevistas abertas e respeitosas, valorizando a dimensão subjetiva em contraste com abordagens quantitativas; os resultados mostram que muitos adolescentes, órfãos, assumem precocemente papéis de chefes de família, alguns mantendo sonhos e outros os abandonando diante da vulnerabilidade; parte significativa da venda ocorre em instituições públicas e judiciais, questionando seu valor institucional; conclui-se que a história oral é



ferramenta potente para dar visibilidade às vozes silenciadas e denunciar a insuficiência das políticas de combate ao trabalho infantil.

Palavras-chave: Adolescentes; Escuta Sensível-Conversacional; História Oral; Quelimane; Trabalho Infantil.

Abstract

The article analyzes oral history as a sensitive listening approach with adolescent cake vendors in Quelimane, highlighting the persistence of child labor despite laws that foresee its eradication; it is justified by the scarcity of studies that use this methodology and by the absence of effective public policies; it seeks to understand experiences and subjectivities, identify living and working conditions, analyze dreams and perspectives, and reveal hidden dimensions of social reality; it adopts open and respectful interviews, valuing the subjective dimension in contrast to quantitative approaches; the results show that many adolescents, being orphans, prematurely assume roles as heads of household, some maintaining dreams while others abandon them in the face of vulnerability; a significant part of the sales occurs in public and judicial institutions, questioning their institutional value; it concludes that oral history is a powerful tool to give visibility to silenced voices and to denounce the insufficiency of policies to combat child labor.

Keywords: Adolescents; Child Labor; Oral History; Quelimane; Sensitive-Conversational Listening.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a temática da “História Oral como Meio de Escuta Conversacional e Sensível com Adolescentes Vendedores Ambulantes de Bolinhos, tomando como referência o Caso da Autarquia de Quelimane, Província da Zambézia”. A proposta consiste em compreender, por meio das narrativas desses jovens, as motivações que os levam a se envolver no trabalho infantil nas ruas, bem como os contextos sociais e econômicos que sustentam essa prática. A história oral é utilizada aqui não apenas como técnica de coleta de dados, mas como metodologia que privilegia a subjetividade e a sensibilidade dos entrevistados, permitindo dar voz a sujeitos historicamente marginalizados e invisibilizados. Para isso



foram as principais literaturas usadas sobre a história oral são Thompson (1992)¹; Maihy (2002)²; Montenegro (2007)³; Souza (2013)⁴; Costa (2014)⁵; e Magalhães⁶ (2020); Rovai (2021)⁷.

Apesar dos esforços normativos e institucionais voltados para a sua eliminação, o trabalho infantil continua a marcar de forma significativa a realidade moçambicana. Essa permanência revela que, mesmo diante de avanços legais e políticas públicas direcionadas à proteção da infância, muitas crianças ainda se encontram inseridas em atividades laborais, sobretudo em contextos informais e de vulnerabilidade social.

Estudos recentes como os de Massude (2023)⁸, Chambale (2024)⁹ e U.S. Department Of Labor (2023),¹⁰ apontam que mesmo com a implementação do Plano de Ação Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (2017–2022), muitas crianças continuam inseridas em atividades informais, como a venda ambulante de produtos agrícolas, em contextos urbanos e semiurbanos. Estas pesquisas, revelam que os mecanismos de combate ainda enfrentam limitações estruturais e sociais, sobretudo pela insuficiência de programas de proteção social e pela vulnerabilidade econômica das famílias.

Segundo relatório da U.S. Department of Labor (2023), Moçambique registrou avanços moderados no combate ao trabalho infantil, como a aprovação da Lei n.º 13/2023 e ações de sensibilização comunitária. Apesar disso, a informalidade e a precariedade ainda marcam a vida de muitas crianças, sobretudo no comércio ambulante. O estudo evidencia que medidas legais são insuficientes diante da realidade cotidiana. Assim, torna-se essencial adotar metodologias que valorizem a voz dos adolescentes e suas experiências subjetivas.

A história oral é uma metodologia potente para compreender fatos, sensibilidades e subjetividades de crianças e adolescentes. Suas narrativas permitem acessar motivações e significados que vão além dos dados estatísticos. O estudo busca dar voz a adolescentes vendedores de bolinhos, revelando suas razões para ocupar as ruas como espaço de sobrevivência. Neste contexto coloca-se seguinte pergunta de pesquisa: *Como a metodologia da história oral pode contribuir para compreender as motivações, sensibilidades e*

¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

² MAIHY, Sabe Bom José Carlo. *Manual de história Oral*. São Paulo: Edições Layola, 2002.

³ MONTENEGRO, Silvia. *Memória coletiva e temporalidade histórica*. Recife: UFPE, 2007.

⁴ SOUZA, Maria. *História Oral e Narrativas*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

⁵ COSTA, Cléria Botelho da. *A escuta do outro: os dilemas da interpretação*. Dossiê História Oral, 2014.

⁶ MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *Entrevista com Ronald Grele: considerações sobre história oral*. Topoi – Revista de História, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 559-573, set./dez. 2020.

⁷ ROVAI, Marta; SANTIAGO, Myrian. *História Oral como Experiência*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

⁸ MASSUDE, Irene Láston. Trabalho Infantil: *Análise de implementação do Plano de Ação Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil em Moçambique (2017–2022)*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2023.

⁹ CHAMBALE, Rochete Alexandre. *Mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em Moçambique: estudo de caso da Vila da Macia*. Xai-Xai: Universidade Católica de Moçambique, 2024

¹⁰ U.S. DEPARTMENT OF LABOR. *Findings on the Worst Forms of Child Labor: Mozambique*. Washington, D.C.: ILAB, 2023.



contextos sociais e econômicos de adolescentes vendedores ambulantes de bolinhos na cidade de Quelimane?

O estudo tem como objetivo compreender, por meio da história oral, as experiências de adolescentes vendedores de bolinhos em Quelimane. Busca identificar fatores sociais, familiares e econômicos que os levam ao comércio ambulante. Analisa o espaço urbano como cenário de sobrevivência e exclusão. Contribui para o debate acadêmico e político sobre estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil em Moçambique.

A escolha do tema fundamenta-se na relevância de investigar o trabalho infantil invisibilizado no comércio de bolinhos em Quelimane. O espaço urbano revela como informalidade e precariedade sustentam a sobrevivência das famílias. Socialmente, o estudo dá visibilidade a adolescentes fora das estatísticas oficiais e politicamente fortalece políticas de proteção à infância. Academicamente, insere-se nas ciências sociais ao adotar a história oral como metodologia sensível e subjetiva.

Esta pesquisa se diferencia pelo caráter metodológico, ao privilegiar a História Oral como abordagem central. Diferente de estudos anteriores baseados em inquéritos e entrevistas objetivas, busca captar narrativas sensíveis e subjetivas. No caso dos adolescentes vendedores de bolinhos em Quelimane, a escuta conversacional valoriza plenamente suas experiências. Os pesquisadores consideram não apenas o conteúdo das falas, mas também elementos performativos como risos, pausas e silêncios. Assim, revelam dimensões fundamentais das motivações e vivências juvenis em contextos de vulnerabilidade.

2 CONCEPTUALIZAÇÃO (HISTÓRIA ORAL E TRABALHO INFANTIL)

2.1 HISTÓRIA ORAL

A História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projecto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colónia) a serem entrevistados. O projecto prevê: planeamento da condução das gravações; transcrições; conferências da fita com o texto; autorização para o uso arquivamento e sempre que possível a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar voltar para o grupo que gerou as entrevistas, (Maihy, 2002, p.34).

Para Thompson (1992, p.34), a história oral é uma metodologia que democratiza a produção do conhecimento histórico, permitindo que vozes antes silenciadas sejam incorporadas ao processo de construção da memória coletiva. Ele afirma que “a história oral devolve às pessoas comuns o lugar de protagonistas.

Na mesma ordem de ideias, Montenegro (2007), destaca a história oral como instrumento de escuta ativa, capaz de revelar aspectos ocultos das práticas sociais e dar visibilidade a grupos marginalizados. Por seu turno, Souza (2013) vai mais além ao definir a história oral como prática investigativa que ultrapassa a



coleta de dados, constituindo-se como espaço de diálogo e construção compartilhada de conhecimento entre pesquisador e entrevistado.

No entendimento de Costa (2014, p.45), acrescenta aquilo que talvez seja o grande diferencial da história oral com as de mais metodologias de coleta de dados ao privilegiar a dimensão narrativa, considerando não apenas o conteúdo das falas, mas também elementos performativos pausas, silêncios, gestos que enriquecem a interpretação histórica. Magalhães (2020, p.34) aprofunda mais sua definição entendendo a história oral como sendo ferramenta crítica para compreender processos sociais contemporâneos, sobretudo em contextos de exclusão, pois possibilita que os sujeitos expressem suas experiências em primeira pessoa. Colaborando com os dois autores anteriores, Rovai (2021, p.101), entende a história oral como metodologia que articula memória, identidade e subjetividade, permitindo que relatos individuais se transformem em fonte de reflexão coletiva sobre a sociedade.

No âmbito do presente artigo, que trata da História Oral como meio de escuta conversacional com adolescentes vendedores ambulantes de bolinhos na autarquia de Quelimane, há clara concordância com os autores que defendem a dimensão inclusiva e sensível da metodologia.

A perspectiva de Thompson (1992) e Montenegro (2007) é particularmente pertinente, pois reforça a necessidade de dar voz a sujeitos historicamente marginalizados, como os adolescentes trabalhadores das ruas. Do mesmo modo, a abordagem de Costa (2014) dialoga diretamente com o objetivo da pesquisa, ao considerar que os elementos não verbais risos, gaguejos, silêncios carregam significados que enriquecem a compreensão das narrativas desses jovens. A contribuição de Magalhães (2020) e Rovai (2021) também se mostra relevante, uma vez que situam a História Oral como ferramenta crítica para analisar processos de exclusão e construir reflexões coletivas sobre a sociedade.

Assim, a análise dos conceitos evidencia que, embora cada autor privilegie dimensões distintas, todos convergem na valorização da escuta e da subjetividade. No caso específico da pesquisa em Quelimane, a concordância recai sobre aqueles que defendem a História Oral como prática democrática, sensível e performativa, capaz de revelar não apenas os fatos objetivos, mas também as motivações, emoções e contextos sociais que sustentam o trabalho infantil nas ruas.

2.2 TRABALHO INFANTIL

De acordo com Lei do Trabalho¹¹ de Moçambique (2007), o trabalho infantil é definido como a ocupação de menores de 18 anos em atividades consideradas inadequadas. Essas tarefas são classificadas como insalubres, perigosas, penosas ou excessivamente pesadas. Incluem também funções degradantes ou

¹¹ Lei do Trabalho nº 23/2007, de 20 de Julho.



que exigem grande esforço físico. A caracterização dessas atividades é feita pelas autoridades competentes, esse processo ocorre após consulta às organizações sindicais e aos empregadores.

No entender de Nhumaio (2022), o trabalho infantil é entendido como a inserção de crianças em atividades laborais que comprometem sua escolarização, desenvolvimento integral e direitos fundamentais. Para Conceição (2016), o trabalho infantil compromete infância, educação e desenvolvimento integral. Além da dimensão legal, é essencial considerar como as próprias crianças percebem essa prática. O autor ressalta que não se trata apenas de uma questão normativa, mas também social, cultural e econômica. Esses fatores moldam a experiência infantil e influenciam sua visão sobre trabalhar desde cedo.

Segundo Conde (2007, p.11), o trabalho infantil deve ser compreendido não apenas como a inserção de menores em atividades laborais, mas como um fenômeno social que ultrapassa a dimensão normativa. Para o autor, trata-se de uma prática que, ao se tornar recorrente e naturalizada em determinados contextos, passa a ser vista como uma “geranidade social”, ou seja, uma condição que marca a infância e a juventude em sociedades onde a precariedade econômica e a exclusão estruturam o cotidiano.

Nesse sentido, o trabalho infantil não é apenas uma violação de direitos, mas também um reflexo das desigualdades sociais e da falta de políticas públicas eficazes para garantir proteção e alternativas às crianças.

Cunha (2016, p.24), define o trabalho infantil como a inserção de menores em atividades que prejudicam seu desenvolvimento físico, psicológico e social. No meio artístico, essa prática apresenta especificidades, pois muitas vezes é naturalizada como parte da carreira. Apesar disso, expõe crianças e adolescentes a jornadas intensas e pressões emocionais. As exigências impostas não correspondem à sua idade e capacidade.

O autor ressalta que, mesmo no contexto cultural, trata-se de exploração. Essa condição retira da infância direitos fundamentais como lazer, educação e crescimento saudável.

Machado (2016, p.44), salienta que trabalho infantil deve ser compreendido como qualquer atividade laboral que comprometa os direitos fundamentais da criança e do adolescente, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento físico, psicológico, educacional e social. O autor enfatiza que, à luz do princípio da proteção integral, previsto no ordenamento jurídico brasileiro, a infância e a adolescência devem ser resguardadas de práticas que coloquem em risco sua dignidade, saúde e formação.

Assim, o trabalho infantil é visto não apenas como uma violação legal, mas como um obstáculo ao pleno exercício da cidadania e à garantia de uma infância protegida.



3 ENQUADRAMENTO LEGAL DO TRABALHO INFANTIL A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

3.1 MARCO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989):

- Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989, p. 234), define a criança como pessoa com menos de 18 anos e impõe aos Estados o dever de protegê-la contra exploração econômica e trabalhos que prejudiquem educação, saúde e desenvolvimento. Em leitura convergente com autores que enfatizam o desenvolvimento integral, o instrumento coloca a escolarização e o lazer como direitos indissociáveis da proteção contra o trabalho precoce.

OIT¹² – Convenção 138 (Idade mínima) e Convenção 182 (Piores formas):

- A Convenção 138 estabelece idade mínima compatível com a conclusão da escolaridade obrigatória e não inferior a 14–15 anos, variando conforme o país; já a Convenção 182 impõe eliminação imediata das piores formas de trabalho infantil, incluindo atividades insalubres, perigosas, degradantes e exploratórias. Esses parâmetros influenciam diretamente a tipificação nacional, como observado na Lei do Trabalho de Moçambique (2007) e em definições adotadas por estudos empíricos. (ONU, 1973-1999)

Princípios orientadores de proteção integral:

- A doutrina da proteção integral, incorporada em diversas legislações nacionais, estabelece que toda atividade laboral deve ser avaliada pelo impacto no desenvolvimento físico, psíquico, educacional e social, base que sustenta a crítica acadêmica à naturalização do trabalho infantil em setores específico, (idem, 1999).

3.2 ENQUADRAMENTO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE

Constituição e legislação trabalhista:

- A Lei do Trabalho (2007) define o trabalho infantil como ocupação de menores de 18 anos em atividades insalubres, perigosas, penosas, degradantes ou que exijam grande esforço físico, com a lista regulada por autoridades competentes após consulta a sindicatos e empregadores. O foco recai em dois eixos: idade mínima e natureza da atividade, alinhando-se aos padrões da OIT, (José, A. et al, 2016).

Regulamentação de atividades perigosas e inspeção:

- A identificação de atividades proibidas ou condicionadas para menores é operacionalizada por listas setoriais e mecanismos de fiscalização laboral. Em contextos de informalidade urbana

¹² Organização Internacional do Trabalho



como a venda ambulante a aplicação depende de políticas intersetoriais e de serviços sociais, dada a baixa cobertura de inspeção e a prevalência de trabalho familiar e de subsistência, (Lei do Trabalho. Lei N° 23/2007, de 1 de Agosto).

Nossa análise é de que a venda ambulante praticada por adolescentes deve ser analisada à luz da natureza das tarefas (pesadas, insalubres, perigosas), jornadas, horários (interferência na escola), pressão de adultos e riscos ambientais. Ainda que nem toda atividade ambulante seja automaticamente classificada como “pior forma”, a combinação de fatores exposição ao trânsito, cargas pesadas, longas jornadas, evasão escolar frequentemente cumpre critérios de nocividade previstos em lei.

A história oral, como metodologia de escuta sensível e democrática, complementa o enquadramento legal ao revelar motivações, trajetórias, performances narrativas (pausas, risos, silêncios) e redes de apoio ou coerção. Essa abordagem permite distinguir situações de ajuda familiar pontual das dinâmicas de exploração sistemática, alinhando proteção à realidade vivida.

Ao integrar o marco legal com escuta qualificada e políticas de proteção, constroem-se respostas mais eficazes ao trabalho infantil. Em Quelimane, a história oral registra e valoriza a realidade dos adolescentes vendedores de bolinhos. Além disso, serve de base para intervenções sensíveis que reconhecem suas vozes e asseguram seus direitos.

3.3 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

A política nacional de combate ao trabalho infantil em Moçambique estrutura-se na convergência entre compromissos internacionais e dispositivos internos, articulando normas, fiscalização e políticas sociais. Em termos de enquadramento, o país internaliza princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança e das Convenções 138 e 182 da OIT ao estabelecer, na Lei do Trabalho, limites etários e a proibição de atividades insalubres, perigosas, penosas ou degradantes para menores de 18 anos, com definição regulatória por autoridades competentes mediante consulta social, (Machado, 2016).

José et al., (2016), salienta que esse desenho jurídico assenta-se na doutrina da proteção integral, que orienta a avaliação do trabalho infantil pelo impacto sobre direitos fundamentais educação, saúde, lazer, segurança e desenvolvimento e exige respostas intersetoriais envolvendo trabalho, educação e proteção social.

A literatura aponta que a efetividade dessas políticas depende de mecanismos de inspeção laboral, listas setoriais de atividades perigosas e articulação com serviços de assistência social e permanência escolar. Em contextos urbanos de informalidade e subsistência, como mercados e feiras, a cobertura da inspeção é limitada e o cumprimento da lei é tensionado por fatores econômicos, culturais e pela



naturalização do trabalho precoce, o que demanda estratégias de prevenção, identificação e encaminhamento que ultrapassem a lógica punitiva, (Conceição, 2016.).

Autores que estudam setores específicos reforçam que a regulação deve ser sensível às particularidades: no meio artístico, por exemplo, a retórica de formação encobre jornadas intensas e pressões inadequadas à idade, demonstrando como a proteção integral precisa de salvaguardas concretas e protocolos adaptados. Em cenários de venda ambulante, os riscos combinam esforço físico prolongado, exposição ao trânsito, cargas pesadas, insegurança e interferência escolar, frequentemente enquadráveis como nocivos à luz da lei.

Há, portanto, um conjunto de políticas e práticas necessárias e Conde as decreve como sendo:

Definição clara de atividades proibidas ou condicionadas, inspeção focalizada em ambientes de maior risco, programas de transferência de renda e apoio alimentar para reduzir a dependência da renda infantil, serviços de reintegração escolar com horários e transporte compatíveis, e dispositivos de participação comunitária para desnaturalizar o trabalho precoce. A crítica acadêmica destaca que normas isoladas têm alcance restrito quando não acompanhadas por redes de proteção e alternativas econômica, (Conde, 2007)

Sustentamos que a política pública deve integrar o marco legal a uma escuta conversacional qualificada, apoiada por métodos de história oral, tanto para diagnóstico quanto para desenho de intervenções. A escuta democrática e sensível permite captar motivações, trajetórias e performances narrativas (pausas, silêncios, hesitações) que revelam coerções, redes de apoio e estratégias de sobrevivência invisíveis aos instrumentos administrativos.

Defendemos que, no caso de adolescentes vendedores ambulantes como aqueles em Quelimane a conjunção entre proteção integral, fiscalização proporcional ao risco e políticas sociais dirigidas deve ser informada por relatos em primeira pessoa, reconhecendo as condições estruturais (pobreza, exclusão, informalidade) que pressionam famílias e crianças a trabalhar. Esse enfoque evita respostas meramente repressivas, fortalece a reinserção escolar, e ancora a responsabilização em soluções viáveis, que combinem segurança, rendimento familiar e futuro educativo.

Em síntese, o combate ao trabalho infantil em Moçambique exige: normatividade clara e atualizada; capacidade estatal de fiscalização e proteção; coordenação intersetorial; e uma política de escuta que legitime as vozes das crianças e adolescentes como evidência para decidir, priorizar e avaliar. Somente a integração entre lei, inspeção e políticas sociais informadas por narrativas dos próprios sujeitos permitirá romper ciclos de naturalização e abandono escolar, garantindo direitos e perspectivas de vida dignas.



4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLECTADOS COM A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL (ESCUTA CONVERSACIONAL¹³ E ESCUTA SENSÍVEL¹⁴)

4.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Cidade de Quelimane é a sede do distrito com o mesmo nome, é a capital e a maior cidade da Província da Zambézia, está localizada na zona da Baixa Zambézia, no Sudeste da Província, entre os paralelos 17° 47' – 17° 57' Sul e 36° 50' – 36° 57' Este, a cerca de 1600 km ao Norte da capital do País. Se localiza na margem norte do rio dos Bons Sinais, a cerca de 20 km da costa do Oceano Índico, numa altitude que não ultrapassa os 100 metros acima do nível médio do mar¹⁵.

Figura 1: Mapa da localização geográfica da Cidade de Quelimane¹⁶



Fonte: Quelimane: CAQ, 2024.

4.2 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS

A coleta de dados ocorreu na Autarquia de Quelimane, com foco em adolescentes vendedores de bolinhos, utilizando a história oral como escuta sensível para captar relatos, emoções e gestos. A maioria vive em bairros periféricos, evidenciando a relação entre espaço de trabalho e território de vida. Foram entrevistados 5 adolescentes, e garantiu-se o princípio da confidencialidade, com identidades codificadas e

¹³ Técnica que compreende a entrevista como um espaço interativo e intersubjetivo. Nesse contexto, o pesquisador não tratará os entrevistados como meras fontes de dados, mas como sujeitos ativos na construção da memória, participando da análise e interpretação de suas próprias histórias. A entrevista será, portanto, concebida como um processo colaborativo, em que pesquisador e entrevistados construirão conjuntamente uma narrativa, (Magalhães, 2020)

¹⁴ A escuta sensível é uma prática metodológica vinculada à história oral que ultrapassa a coleta de informações objetivas. Trata-se de uma escuta dialógica e atenta às subjetividades, que reconhece os sujeitos como protagonistas de suas próprias narrativas. Rovai enfatiza que ouvir de forma sensível significa acolher não apenas o conteúdo verbal, mas também os silêncios, pausas, emoções e gestos, legitimando experiências de grupos historicamente marginalizados como fontes legítimas de conhecimento (2021).

¹⁵ RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS, Maputo, 2020

¹⁶ OSVALDO Francisco de Carvalho Choé; António Armindo Rúben Monjane; António Guerner Dias (2024). *Análise do uso e ocupação das áreas de mangal nos bairros de Chuabo Dembe, Sangariveira e Ícidia*.



sigilo assegurado. Antes das entrevistas, realizaram-se encontros prévios para explicar os objetivos e confirmar a participação. As narrativas revelaram vínculos com trajetórias familiares, condições socioeconômicas e escolares. A pesquisa contribui para conscientizar governo e sociedade e apoiar políticas públicas mais inclusivas.

4.3 PERGUNTAS FEITAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

4.3.1 Poderia contar-nos um pouco sobre você? Com quem você mora?

Entrevistado 1: *“Posso sim tio, nunca ninguém tinha me chamado para falar sobre mim, estou com medo, posso confiar no tio? “Ah, eu moro com meus tios, porque meus pais já faleceram faz tempo. Então, tipo, eu cresci meio que na casa deles, junto com os primos, eles não vendem na estrada porque são filhos de casa mas eu sim porque eu tenho que ajudar uma vez que eles me acolheram. Não é fácil, sabe? Porque não é a mesma coisa que ter pai e mãe, mas eles tentam cuidar de mim do jeito deles. Às vezes eu sinto que sou meio diferente, porque não tenho aquela pai ou mãe pra conversar, mas meus tios me dão força mesmo que as vezes um pouco agressivo mas eu entendo. Peco para não por meu nome essas coisas tio não pode saber eu vou confiar nos tios. A casa é cheia, tem bastante pessoas, e eu acabo ajudando em tudo, desde arrumar as coisas até sair pra vender verdura mas so vendo de manha até 15 horas. Carrego a bacia bem cheia na cabeça. É meio correria, mas é o que tem. Eu penso muito nos meus pais, mas também sei que preciso seguir em frente, e vender na rua é uma forma de ajudar e não ficar só dependendo dos outros. Então, eu vivo com meus tios e a família deles, e é assim que a gente vai levando¹⁷”*

O início da fala do adolescente *“Posso sim tio, nunca ninguém tinha me chamado para falar sobre mim, estou com medo, posso confiar no tio?”* revela a dimensão subjetiva da entrevista e a importância da escuta sensível. A insegurança inicial demonstra que o ato de narrar sua própria história não é comum em seu cotidiano, o que confirma a ideia de Portelli (1997, p.23) de que *“a história oral não é apenas coleta de dados, mas um espaço de reconhecimento e legitimação das vozes silenciadas”*. O entrevistado, ao pedir confiança, estabelece uma relação de alteridade que Thompson (2002, p.8) descreve como *“fundamental para que o narrador se sinta parte de um processo de valorização de sua experiência”*.

Na sequência, ao afirmar *“eu moro com meus tios, porque meus pais já faleceram faz tempo”*, o adolescente expõe sua condição de orfandade e a vivência em um núcleo familiar ampliado. Essa fala evidencia a vulnerabilidade social e afetiva, mas também a resiliência diante da ausência dos pais. Para Pollak (1989, p.3-5), *“as memórias individuais estão sempre atravessadas por marcas de sofrimento e perda, mas que, ao serem narradas, ganham sentido coletivo e político”*. O fato de viver com os tios e primos, mas

¹⁷ Entrevistado 1, 14 anos de idade, Novembro de 2025.



ser o único a vender na estrada, mostra como a divisão de papéis dentro da família é marcada por desigualdades e expectativas sociais.

Quando afirma “*não é fácil, sabe? Porque não é a mesma coisa que ter pai e mãe, mas eles tentam cuidar de mim do jeito deles*”, o entrevistado revela a ambivalência entre acolhimento e ausência. Essa fala reforça a noção de que a escuta oral deve captar não apenas fatos objetivos, mas também sentimentos, contradições e subjetividades. A percepção de “*ser diferente*” por não ter pais para conversar mostra como a identidade do adolescente é construída em meio à falta, mas também à tentativa de reconstrução de vínculos.

O pedido explícito de anonimato “*peço para não por meu nome, essas coisas tio não pode saber*” demonstra consciência dos riscos sociais e políticos envolvidos em sua atividade. Aqui, a fala se conecta diretamente ao objetivo da pesquisa: dar voz sem expor o sujeito, garantindo ética e confidencialidade. Thompson (2002, p.18-20), enfatiza que “a história oral deve proteger os narradores, assegurando que suas falas sejam usadas para ampliar a consciência social sem comprometer sua integridade”.

Ao narrar sua rotina “*vendo de manhã até 15 horas, carrego a bacia bem cheia na cabeça*” o adolescente descreve o esforço físico e a precariedade do trabalho. Essa dimensão cotidiana, marcada pela “*correria*”, evidencia o que Pollak (1989) chama de “*memórias subterrâneas*”, experiências que raramente são reconhecidas pelo discurso oficial, mas que revelam as condições concretas de sobrevivência”. A fala mostra como o trabalho infantil se insere em dinâmicas familiares e comunitárias, mas também como expõe os jovens a riscos físicos e sociais.

Por fim, ao afirmar “*eu penso muito nos meus pais, mas também sei que preciso seguir em frente, e vender na rua é uma forma de ajudar e não ficar só dependendo dos outros*”, O depoimento do adolescente articula memória, dor e responsabilidade ao relatar sua experiência. A fala evidencia o sentido da história oral como prática de escuta que vai além do registro de fatos. A metodologia conversacional e sensível permite acessar dimensões sociais, econômicas e afetivas invisibilizadas. Sua voz contribui para conscientizar governo e sociedade sobre os riscos enfrentados por jovens vendedores ambulantes. Assim, o estudo reforça o objetivo de dar visibilidade às realidades vividas em Quelimane.

Entrevistado 2: “*Eu vivo com meus cinco irmãos. Não temos mais pai nem mãe, então meio que eu virei o responsável, sabe? É pesado, porque eu ainda sou novo, mas alguém tinha que assumir. Eu acordo cedo, vou vender verdura, e com o dinheiro tento pagar comida, escola dos para um dos meus irmãos que é único que vai a escola, essas coisas. É muita responsabilidade, porque eles olham pra mim como se eu fosse o mais velho que tem que dar conta de tudo. Às vezes eu queria só ser adolescente normal, brincar, estudar sem preocupação, mas não dá. Eu tenho que pensar em como vamos comer amanhã, se vai dar pra comprar arroz, se vai dar pra pagar caderno. É uma luta diária, mas também me dá força, porque eu sei*



*que eles dependem de mim. Então, eu vivo com meus cinco irmãos, e eu sou tipo o chefe da família agora. Desculpa por chorar fico assim sempre que lembro o que nós passamos dia-a-dia*¹⁸

Ao afirmar “*Eu vivo com meus cinco irmãos. Não temos mais pai nem mãe, então meio que eu virei o responsável*”, o adolescente expõe a condição de orfandade e a necessidade de assumir responsabilidades adultas em idade precoce. Essa fala evidencia o que Rovai (2013, p.129), denomina como a “importância da escuta testemunhal contra a indiferença, pois a narrativa revela uma experiência marcada pela ausência e pela urgência de sobrevivência”.

Quando continua “*É pesado, porque eu ainda sou novo, mas alguém tinha que assumir*”, o entrevistado mostra a sobrecarga emocional e social que recai sobre ele. Souza destaca que a história oral, ao captar essas subjetividades, permite compreender como jovens em situação de vulnerabilidade constroem sentidos para suas trajetórias, mesmo em meio à precariedade¹⁹. Na fala “*Eu acordo cedo, vou vender verdura, e com o dinheiro tento pagar comida, escola dos meus irmãos*”, observa-se a inserção do trabalho infantil como estratégia de sobrevivência. Magalhães (2012, p.88) argumenta que “a escuta oral deve revelar essas práticas cotidianas invisibilizadas pelas políticas públicas, pois elas demonstram como crianças e adolescentes assumem papéis de provedores em contextos de exclusão”.

Ao dizer “*Eles olham pra mim como se eu fosse o mais velho que tem que dar conta de tudo*”, o adolescente reforça a construção de uma identidade marcada pela responsabilidade e pelo sacrifício. Montenegro (2007, p.67), lembra-nos que “a história oral é fundamental para compreender como sujeitos em condição de marginalidade elaboram narrativas de resistência, atribuindo sentido à sua experiência mesmo diante da dor”. A frase “*Às vezes eu queria só ser adolescente normal, brincar, estudar sem preocupação, mas não dá*” revela o conflito entre o desejo de viver a adolescência e a necessidade de assumir responsabilidades adultas. Rovai (2013, p. 132) enfatiza que a “escuta sensível deve captar essas contradições, pois elas revelam a tensão entre infância/adolescência e sobrevivência”.

Por fim, ao afirmar “*É uma luta diária, mas também me dá força, porque eu sei que eles dependem de mim*”, O depoimento revela que o sofrimento se transforma em motivação e resistência na vida do adolescente. Souza (2011) destaca que a história oral permite compreender narrativas de força e esperança em contextos adversos. A fala confirma a relevância da escuta sensível para captar dimensões sociais, afetivas e políticas. Essa metodologia evidencia tanto a precariedade quanto a potência das experiências juvenis. Assim, contribui para dar visibilidade às vozes em situação de exclusão.

¹⁸ Entrevistado 2, 15 anos de idade, Novembro de 2025.

¹⁹ SOUZA, 2011, p. 45.



4.3.2 Você já foi interpelado ou impedido pelas autoridades por causa da sua idade?

Entrevistado 3: *"Ninguém liga para crianças vendendo na rua, tio. Até porque os meus melhores clientes são os mais velhos. Eu vendo até no portão da Procuradoria, ali no Conselho Municipal, onde se faz reconhecimento de documentos. São eles que compram mais de mim, além dos bairros por onde eu circulo em todo canto e lado. As crianças não compram, né? Então, ninguém liga para nós. A gente passa despercebido, como se fosse normal estar ali vendendo verdura, mesmo sendo criança"*²⁰.

Ao afirmar "Ninguém liga para crianças vendendo na rua, tio". O adolescente revela a invisibilidade social ao afirmar que ninguém liga para crianças vendendo na rua, mostrando que leis não bastam para combater o trabalho infantil. Sua fala evidencia a naturalização da infância trabalhadora e confirma Rovai (2013) sobre a importância da escuta testemunhal contra a indiferença. A narrativa denuncia a ausência de proteção e o silêncio institucional diante da exploração. Ao dizer que seus melhores clientes são os mais velhos, expõe a contradição entre normas de proteção e práticas cotidianas. Souza (2011) destaca que a história oral capta subjetividades e sentidos construídos em meio à vulnerabilidade, revelando precariedade e resistência.

O adolescente revela a contradição institucional ao vender em frente à Procuradoria e ao Conselho Municipal, espaços que deveriam garantir proteção, mas naturalizam a exploração infantil. A presença de agentes públicos como espectadores silenciosos transforma a violação em rotina social. Magalhães (2012) lembra que a escuta oral deve revelar essas invisibilidades, mostrando como espaços de poder convivem com práticas que deveriam combater. Essa indiferença institucional perpetua desigualdades e é percebida pelos jovens como abandono. Montenegro (2007) destaca que narrativas de resistência emergem desse silêncio, convertendo denúncia em ato político. Assim, a fala expõe a distância entre discurso jurídico e prática social diante da exploração infantil.

A fala "São eles que compram mais de mim, além dos bairros por onde eu circulo em todo canto e lado" mostra a amplitude da circulação e a adaptação do adolescente ao espaço urbano. Montenegro (2007, p.68), lembra que "a história oral é essencial para compreender como sujeitos em condição de marginalidade elaboram narrativas de resistência, atribuindo sentido à sua experiência mesmo diante da dor". Quando afirma "As crianças não compram, né? Então, ninguém liga para nós", o entrevistado reforça a ideia de exclusão e invisibilidade. Conceição (2016), ao estudar representações sociais em Maputo, mostra que o trabalho infantil é visto como prática comum, mas invisível, reforçando a naturalização da exploração.

Por fim, "A gente passa despercebido, como se fosse normal estar ali vendendo verdura, mesmo sendo criança" sintetiza a naturalização da exploração infantil. Conde, (2007), discute como o trabalho infantil se torna uma "geranidade social", ou seja, uma condição que marca a infância como espaço de

²⁰ Entrevistado 3, 14 anos de idade, Novembro de 2025.



sobrevivência e não de proteção. Cunha e Machado (2016), reforçam que, diante da ausência de políticas efetivas, a criança trabalhadora é invisibilizada, mesmo em contextos que deveriam assegurar o princípio da proteção integral.

4.3.3 Quais são seus sonhos ou planos para o futuro?

Entrevistado 4: *"Eu sonho em ser professor, tio, mas para isso eu teria que estudar muito. Só que não tenho tempo, porque no momento em que eu deveria estar na escola eu estou na rua trabalhando, vendendo. Eu não sou um adolescente normal, estudei até uma nova classe, mas tive que parar. E com a minha idade já não posso estudar à noite. Minha vida está aqui na rua, meus sonhos por enquanto estão aqui na rua. Eu gostaria de estudar, mas não vou conseguir porque tenho que cuidar dos meus irmãos. Eu sou pai e mãe ao mesmo tempo. Se eu tivesse alguém para me ajudar com eles, acho que voltaria para a escola e tentaria realizar esse sonho²¹".*

Ao afirmar *"Eu sonho em ser professor, tio, mas para isso eu teria que estudar muito"*, o adolescente revela um projeto de futuro interrompido pela realidade do trabalho precoce. Nhumaio (2022), mostra que o trabalho infantil está diretamente associado ao abandono escolar, pois as crianças que vendem em mercados ou ruas não conseguem manter a frequência necessária para alcançar seus objetivos educacionais.

A fala *"E com a minha idade já não posso estudar à noite"* mostra as barreiras institucionais que limitam o retorno escolar. Conceição, ao analisar representações sociais das crianças em Maputo, aponta que muitas delas reconhecem a impossibilidade de retomar os estudos devido às restrições de idade e às condições impostas pelas próprias instituições educativas²². Quando afirma *"Minha vida está aqui na rua, meus sonhos por enquanto estão aqui na rua"*, o adolescente revela a naturalização da precariedade como horizonte imediato. Cunha, observa que, em contextos de exploração infantil, os sonhos são reconfigurados para caber na realidade da sobrevivência, mostrando como a rua se torna espaço de vida e de construção identitária²³.

Por fim, ao dizer *"Eu gostaria de estudar, mas não vou conseguir porque tenho que cuidar dos meus irmãos. Eu sou pai e mãe ao mesmo tempo. Se eu tivesse alguém para me ajudar com eles, acho que voltaria para a escola e tentaria realizar esse sonho"*, o adolescente expõe a sobrecarga de responsabilidades familiares. Nhumaio, reforça que muitas crianças trabalhadoras assumem papéis de provedores, o que agrava o abandono escolar²⁴. Essa fala sintetiza a tensão entre desejo e impossibilidade, revelando como o trabalho infantil, aliado à ausência de políticas de apoio, transforma sonhos em narrativas de resistência.

²¹ ENTREVISTADO 1, 15 anos de idade, Novembro de 2025.

²² CONCEIÇÃO (2016, p. 42),

²³ CUNHA, 2016, p. 37.

²⁴ NHUMAIIO, 2022, p. 41.



Entrevistado 5: *"Eu não tenho como ter sonho, porque eu não estudo, não tenho educação, não vou à escola. Minha vida é vender. Há dias que eu olho para outros meninos bem vestidos indo para a escola e eu sinto inveja, mas depois já nem ligo, porque já me habituei à minha vida de rua e de casa. Eu sei que não vou ter futuro diferente, porque não tenho oportunidade. Então, meus sonhos acabam ficando guardados, e eu sigo vivendo do que consigo vender²⁵".*

Ao afirmar *"Eu não tenho como ter sonho, porque eu não estudo, não tenho educação, não vou à escola"*, o adolescente evidencia a relação direta entre trabalho infantil e abandono escolar. Nhumaio demonstra que crianças que trabalham em mercados e ruas acabam afastadas da escola, o que compromete seus projetos de vida e perpetua ciclos de exclusão²⁶. Machado reforça que o princípio da proteção integral previsto em lei é violado quando o trabalho substitui a educação, revelando a distância entre discurso jurídico e prática social²⁷.

5 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

A pesquisa destaca a relevância da história oral para compreender realidades invisibilizadas de adolescentes vendedores de bolinhos em Quelimane. O estudo parte da persistência do trabalho infantil, apesar de leis que preveem sua erradicação, mas sem políticas públicas efetivas. Justifica-se pela escassez de investigações que utilizem a história oral como metodologia capaz de valorizar aspectos subjetivos e não-verbais. O diferencial está na escuta sensível, que revela sonhos, frustrações e vulnerabilidades desses jovens. Os resultados mostram que muitos, órfãos, assumem precocemente papéis de chefes de família. Alguns mantêm expectativas de futuro, enquanto outros as abandonam diante das dificuldades cotidianas. Constatou-se que parte das vendas ocorre em instituições públicas e judiciais, o que questiona seu valor institucional. Conclui-se que a história oral é um instrumento potente para dar voz às camadas marginalizadas. Além disso, denuncia a insuficiência das políticas de combate ao trabalho infantil.

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, V. (2016). **Representações Sociais das Crianças sobre o Trabalho Infantil na Cidade de Maputo**. Monografia, Universidade Eduardo Mondlane.

CONDE, S. **Quando o trabalho infantil se torna uma geranidade social**. Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

COSTA, Cléria Botelho da. **A escuta do outro: os dilemas da interpretação**. Dossiê História Oral, 2014.

²⁵ ENTREVISTADO 5, 16 anos de idade, Novembro de 2025.

²⁶ Idem, 2022, p. 34.

²⁷ MACHADO, 2016, p. 61.



JOSÉ, A. et al. **Trabalho infantil e legislação laboral em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2016.

LEI DO TRABALHO nº 23/2007, de 20 de Julho.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Entrevista com Ronald Grele: considerações sobre história oral. **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 559-573, set./dez. 2020.

MAIHY, Sabe Bom José Carlo. **Manual de história Oral**. São Paulo: Edições Layola, 2002.

MONTENEGRO, Silvia. **Memória coletiva e temporalidade histórica**. Recife: UFPE, 2007.

NHUMAIO, Luís Francisco. **Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Caso das crianças que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo**. Monografia (Licenciatura em Serviço Social) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego**. Genebra: OIT, 1973.

OSVALDO Francisco de Carvalho Choé; António Armino Rúben Monjane; António Guerner Dias (2024). **Análise do uso e ocupação das áreas de mangal nos bairros de Chuabo Dembe, Sangariveira e Ícidia**. Quelimane: CAQ, 2024.

ROVAI, Marta; SANTIAGO, Myrian. **História Oral como Experiência**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
SOUZA, Maria. **História Oral e Narrativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.